

A PRAGMÁTICA DE J. L. AUSTIN

Rosa Maria Nechi Verceze (USP e PUC-SP)

rosa_nechi@hotmail.com

Austin contribui para os estudos da pragmática postulando a ideia de que a linguagem deve ser vista na sua essência como uma forma de ação, e não uma simples de representação da realidade. O sentido de um enunciado não pode ser entendido apenas por meio da análise de seus elementos constituintes. Para Austin, as condições de uso do enunciado que determinam o significado. Neste sentido, ao proferirmos enunciados tais como “eu declaro”, “eu peço desculpas”, “eu aposto”, “eu declaro guerra”, “eu o aconselho”, “eu condeno”, “eu prometo ir” etc., a intenção não é a de se fazer afirmações falsas ou verdadeiras e nem tão pouco os enunciados são usados apenas para informar, mas para realizar vários tipos de ação, ou seja, o que imposta é realização do ato pelo sujeito. Por exemplo, numa cerimônia de casamento para responder a pergunta do Padre com o simples enunciado *Aceito* – dito pelo noivo não é informar sobre o casamento, mas, decididamente, um ato de que aceita se casar.

Na sua teoria, os enunciados estão divididos em constativos (enunciados de relato ou descrição de estados de coisas) e performativos (formal gramática declaração, resultam em proferimentos que não podem ser observados de mais perto de “verdadeiros” ou “falsos”. (AUSTIN 1990, p. 29). Na verdade os atos performativos são os mais destacados pelo autor, e consiste em enunciados cujo verbo aparece na primeira pessoa do tempo presente, pois são enunciados que não descrevem nada, mas correspondem à execução de uma ação realizada. Assim, para os performativos as condições de verdade ou falsidade não são consideradas, porém ao invés disso, às condições de felicidade, ou seja, o proferimento do ato feliz, sem tropeço e único, são necessárias algumas condições:

- (1) deve existir um procedimento convencionalmente aceito;
- (2) as pessoas e as circunstancias particulares, em cada caso devem ser adequadas ao procedimento invocado,
- (3) o procedimento dever ser executado por todos participantes de modo correto em as circunstancias de enunciação sejam adequadas;
- (4) a enunciação deve ser realizada integralmente, ou seja, quando

um performativo exige outro para que o ato tenha sucesso, é necessário executar este outro ato.

Austin também analisa as considerações infelicidade ou fracasso dos atos performativos:

(1) ao presentear algo que não seja meu ocorre uma má explicação, pois os objetos e as pessoas não eram apropriadas para o procedimento de presentear;

(2) caso de alguém que aconselha outra pessoa a fazer algo que na realidade não lhe seja benéfico, mesmo que a pessoa que aconselhou pense que o seja;

(3) uso de performativos vereditivos como Declaro o culpado, tratará de um ato feliz se realmente quem proferiu acredita que a pessoa é culpada, por outro lado pode ser falso se a pessoa esta sendo acusada seja inocente. (Cf. AUSTIN, 1990, p. 49-51)

Os constativos são verdadeiros caso existir o estado ou tipo de coisas que eles possam descrever e serão falsos caso não exista. Por exemplo: A flor é vermelha, o falante pode olhar e comprovar que a flor é vermelha, constatando como verdadeiro o enunciado. Os constativos como diz Austin não se disfarçam sempre necessariamente como uma declaração factual, descritiva ou contrastiva em casos que ocorrem uma forma mais explicita. (AUSTIN, 1990, p. 23).

Quanto às performativos tornam-se atos de felicidade (sucesso) quando certas condições são cumpridas; ou podem se tornar atos de infelicidades. Quando alguém diz *Prometo que irei amanhã almoçar com você amanhã*, e não ter a intenção de ir, o performativo se realiza, mas não terá sucesso, pois o ato de fala não se efetivou, realizou-se apenas verbalmente.

Outro importante aspecto é a pessoa verbal dos performativos: a presença da primeira pessoa em verbos como *prometo, desejo, ordeno, advirto, convocar* etc., muitas vezes proferidos, porém nem sempre tais verbos realizam o ato performativo. Se estes estiverem no tempo passado e em outra pessoa, ou mesmo na primeira pessoa haverá um ato constativos: *Eu desejei que Maria viesse ou ele desejou que Ana Paula viesse*. O exemplo mostra respectivamente a descrição da realização de um ato performativo por mim (primeira pessoas) ou por uma terceira pessoa respectivamente.

Austin admite que os atos performativos são complexos, podem ocorrer enunciados com as formas: *ordeno, proíbo, autoriza* sem a flexão da primeira pessoa, que caracteriza o ato propriamente dito, ou seja, sem a fala do enunciador: *as crianças estão liberadas para falar agora*, neste caso realiza-se o ato performativo de liberdade. Com isso, vimos que a primeira pessoa pode ou não ter efeito performativo. Há ainda os performativos que apresentam o verbo nas segunda ou terceira pessoas (singular plural) e na voz passiva: *Adverte-se aos passageiros que permanecem sentados*. Veja que na realidade o verbo pode ser impessoal no caso da forma passiva. Assim, a complexidade do performativo aparece, pois o performativo não descreve, não informa, mas é usado para fazer algo ou ao fazer algo: Eu estou correndo, tem-se a realização da ação propriamente dita. (AUSTIN, 1990, p. 59).

Assim, o ato performativo pode ocorrer sem a presença das formas verbais *autoriza, ordena, proíbe* etc., ou ainda, mesmo com a presença destas formas pode não constituir um ato performativo: veja por exemplo: *Em curva perigosa*, há um performativo de advertência, porém, já no enunciado em A professora tinha mandado o aluno ficar quieto não há performatividade, apesar da presença da forma *mandado*, pois não houve realização do ato, apenas descrição do ato. Desta forma, Austin observa que o performativo é a realização de um ato pelo falante, no momento que ele enuncia. Um enunciado como: Eu virei amanhã, caracteriza implicitamente uma promessa, porque há um *eu* que é responsável pela promessa. Austin sugere para estes casos bem como os casos de ambiguidade dos performativos levar em conta a situação de enunciação, a entonação, o modo e a forma verbal *etc.* Diante disso, o autor examina três tipos de ação linguística:

Ato locucionário – proferir determinada sentença com determinado sentido e referência, o que por sua vez, equivale ao “significado”, ou seja, no sentido tradicional do termo, ou seja, o ato realiza-se enunciando uma frase, torna o ato linguístico de dizer.

Ato ilocucionário – o falante atribui a esse conteúdo proposicional uma determinada força: por meio de uma forma verbal que possa executar: a realização de uma afirmação, um oferecimento de ajuda, uma promessa a cumprir, uma ordem de despejo etc. confirmado sua execução num determinado contexto no uso da linguagem.

Ato perlocucionário – o falante exerce certos efeitos sobre o ouvinte (produzimos algo) por meio do enunciado, pode se utilizar de for-

mas verbais: convencer, persuadir, impedir, surpreender, confundir etc. num determinado contexto no uso da língua o falante produz um efeito no ouvinte.

Os atos de fala descritos podem ocorrer todos ao mesmo tempo ou apenas um, por exemplo, quando alguém diz uma frase: *Advirto-o a não mais fazer isso*, temos o ato de dizer, de enunciar cada um dos elementos linguísticos componentes da frase, nesta instância é *o ato locucional*; quando este enunciado é realizado temos o ato de advertência presente na linguagem, no próprio ato de dizer, o efeito de persuasão, por exemplo, advindo do contexto temos *o ato perlocucional*. Com efeito, *ato ilocucional* está marcado na linguagem, pode ser explicado por uma forma performativa explícita ou implícita, por exemplo: *Fique tranquila, eu virei domingo*, *o ato ilocucional* é a promessa, porque neste contexto está inferida a forma verbal *prometo*. Deste modo, *o ato perlocucional* é o efeito eventual dos *atos locucional e ilocucional* e este efeito diverge, pode ser uma ameaça, um conselho, uma advertência etc.

Considerando as afirmações constativas novamente, verifica-se que nelas o falante realiza um ato ilocucional – ato de afirmar, idêntico àquele que utiliza quando *ordena, adverte, aconselha etc.* Se for dito, por exemplo: *Novou no Rio Grande do Sul este mês*, temos um ato ilocucional, trata-se de uma afirmação que pode ser explicado pela forma performativa *afirmo*. Assim, em todos constativos, há uma parte, o que se afirma e pode-se por a prova enquanto uma verdade ou falsidade. Com efeito, Austin traz uma visão performativa da linguagem, uma vez que a linguagem é ação, por ela se age sobre o mundo. Este fator é acatado pela linguística e tem hoje grande importância, pois permite estender seu campo de atuação, mantendo liames orgânicos com a teoria das interações e das ações e com a etnografia da comunicação.

Diante disto, a pragmática ilocucional não considera a função informativa como se fosse a função fundamental da linguagem. Para Austin “a linguagem é vista como ação entre os interlocutores”. Com isso, a pragmática vem contribuir com a linguística a medida que valoriza o sujeito empírico, trabalha com a língua em uso e propicia entender a teoria dos atos de fala abrindo espaço para outras tendências linguística como a linguística, textual, a análise da conversação, a sociolinguística, a psicolinguística e a linguística cognitiva.

A pragmática, por assim dizer, tem seus objetivos na linguística: Registrar institucionalmente (universidades e instituto de pesquisa) a fala

por meio da aplicação de métodos científicos; mostrar que a língua não se reduz a um sistema estanque como propunha o estruturalismo da primeira metade do séc. XX; explicar a compreensão da língua através dos processos de inferências (implicaturas).

Quanto à contribuição da pragmática de Austin para minha pesquisa, a leitura serviu para maior interpretação da língua falada em situações de interação, enfocando o estudo da língua falada por adolescentes sob o ângulo do estudo dos *processos de referencialização com especial atenção* à progressão referencial anafórica a partir de uma perspectiva *interacionista* pela qual procuramos buscar uma justificativa para a coconstrução de sentidos na fala e para a construção das relações sociais que a fala evidencia, uma vez que são negociadas interativamente.

Assim, pragmática levou a linguística numa visão ampla aos estudos da interação enquanto uma atividade intersubjetiva em que, num trabalho copartilhado, tematiza representações das realidades factuais ou não. Num processo interativo, mesmo havendo o princípio de motivação, as intenções não são as mesmas, isto porque interação não significa concordância ou aceitação da voz do outro ou da própria voz do falante, ela envolve discordâncias, conflitos que podem ser resolvidos num processo de ajuste entre as intenções dos interactantes. Há sempre a possibilidade de um processo de ajuste entre intenção individual, coletiva e institucional que envolve qualquer evento de comunicação. Assim, como coloca Brait (1995, p. 206) a interação é uma atividade “cooperativa” em que os interlocutores dinamicamente se alternam nos papéis de falante e ouvinte.

Em síntese, a pragmática, com sua relação enunciator/enunciatório, consiste numa pragmática dialógica, em que o aspecto pragmático é essencial para a significação. É a partir de Benveniste com as teorias da enunciação linguística que se abre um largo horizonte, redimensionando os estudos da linguagem humana para o campo da enunciação. E a pragmática se caracteriza de modo essencial pela concepção da dependência contextual do sentido discursivo e pela orientação da compreensão. Deste modo, pressupõe o sujeito em discurso por isso reage contra o estruturalismo linguístico, no qual a subjetividade é afastada da “língua” para a “fala”, não passível de domínio teórico. Tal reação se volta também contra a gramática gerativa chomskyana, na qual o “falante-ouvinte ideal” não é o sujeito que fala, mas uma “mente” que se identifica com a estrutura neurofisiológica do cérebro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. *How to do thing with words*. 2. ed. Cambridge: Harvard. Press, 1975.

BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1995, p. 189-214.